



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

***ACTA N.º 10***

Sessão Ordinária Abril

3.º reunião em 20/04/2018

Aos vinte dias do mês de Abril do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, Débora Eunice Silveira Lopes, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz Aguiar, Virgínia Maria Melo Matos, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião faltaram os deputados municipais Joana Filipa Ramos Lopes, Manuel José Pedreira das Neves, Nuno Manuel Marques Pereira, e o Presidente de Junta de Freguesia, João Carlos Rodrigues Morgado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Luis Miguel Capão Filipe, Manuel Oliveira de Sousa, e Joana da Fonseca Valente.

Faltou nesta reunião da sessão o Vereador João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão dos vogais, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, e Rita Alexandra Monteiro Baptista, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.<sup>002</sup>

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Antero Marques dos Santos, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião da sessão, por

Débora Eunice Silveira Lopes, Miguel António Costa da Silva, e Nuno Frederico Miranda Leite.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia<sup>002</sup> deu continuidade à *Ordem-do-Dia* da Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto 6 – Revisão do PDM de Aveiro / ponto de situação;**

**Ponto 7 – Apreciação e votação de Recrutamento de um Assistente Operacional – Educação Pré-Escolar;**

**Ponto 8 – Apreciação e votação Proposta de Recomendação à Câmara Municipal - "Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município";**

**Ponto 9 – Apreciação e votação Propostas de Recomendação à Câmara Municipal:**

- a) **Transmissão em direto das Sessões da Assembleia Municipal;**
- b) **Conjunto de ações e medidas de prevenção a implementar no imediato, para impedir a disseminação do problema dos animais de companhia abandonados no concelho de Aveiro.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

**Ponto 6 – Revisão do PDM de Aveiro / ponto de situação.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 29/03/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>003</sup>

*"Senhor Presidente muito obrigado. Boa noite a todos. De acordo com o compromisso assumido perante a assembleia e o acordo que tivemos com o nosso Presidente de agendar este ponto, para basicamente fazer duas coisas. A primeira em relação à qual eu falaria muito pouco, que é o ponto de situação do PDM — dando como bom o trabalho que enviámos, que é, enfim, neste regime de PowerPoint para sumariar, para não ser um relatório grande. Quem quiser obter muita informação ela em primeira instância é aquela que já está disponível no site, que já é muita e obviamente que, na ativação do grupo de trabalho, seguramente que ficará para aí aquilo que seja a muita informação nas várias áreas que são imensas. Mas e a outra questão obviamente, estar ao vosso dispor para vos ouvir, para as questões que entenderem por bem neste enquadramento, que julgo que, neste caso para a propria Assembleia Municipal e para nós, câmara e para mim gestor deste processo, é seguramente mais relevante.*

*Em relação ao ponto de situação, dizer-vos que estamos numa fase de início das interações negociais com a CCDR. A CCDR é uma entidade muito importante neste processo, como todos sabemos. É ela que lidera o Ordenamento ao nível da nossa da nossa Região Centro. É ela que tem a liderança da gestão da condicionante REN — que é uma condicionante muito importante no nosso território. E, é ela, uma peça muito importante, também, em parceria com os Serviços do Ministério da Agricultura na gestão*

da condicionante RAN, que é também uma condicionante muito importante no nosso território.

Portanto a CCDD é uma entidade particularmente muito importante neste processo.

E, portanto, já começámos as interações, as reuniões técnicas, vamos agora passar a reuniões com os mais altos responsáveis máximos das entidades para, enfim, discutirmos aquilo que vão sendo as arrumações das várias propostas que fomos gerindo ao longo deste tempo, nomeadamente no que respeita à questão mais delicada, que é a definição dos perímetros urbanos — a relação de desafetação ou reafetação de parcelas de terreno da REN ou de parcelas de terrenos da RAN é sempre uma matéria muito especial em tudo isto.

Também é aquela matéria que mais interessa aos nossos concidadãos. 98% das participações no inquérito público formal inicial e também uma percentagem muito alta daquelas que vão entrando (continuam a entrar na Câmara), respeitam ao cidadão a querer saber o que é que acontece em relação à sua propriedade. Uma propriedade X onde quer licenciar uma casa ou fazer uma unidade industrial. Portanto isto tem, de facto, uma importância grande, desde logo de per si, pela gestão do território, mas também, porque é aqui que está a grande quantidade de preocupações dos nossos concidadãos.

O processo tem nesta fase que estamos a desenvolver agora, uma peça, que eu diria, absolutamente capital. É evidente que há muitas dificuldades da nossa parte e da parte da própria CCDD porque estamos a manusear um quadro legal novo.

Mas de qualquer maneira há uma disponibilidade e o empenho de toda a gente, embora relembro (aos novos membros não relembro informo) que, uma das surpresas que tivemos na fase de caracterização, na fase final da caracterização, foi a exigência da CCDD, que numa primeira fase discutimos, mas de facto eles tinham razão em termos legais, que nos obrigou a fazer uma Carta nova da Reserva Ecológica Nacional, quando a nossa perspectiva era apenas fazer alguns ajustamentos — porque o nosso PDM não tem um problema relevante na Reserva Ecológica Nacional, não tem.

Tem algumas questões? Claro que tem. Mas aqui aquilo que foi o entendimento da CCDD é que nós temos que fazer uma Carta nova e por isso contratámos o IDAD, que diz já estar na ponta final desse trabalho.

Ele próprio também complicado, porque também ele próprio se enquadra no quadro legal novo. Mas pronto, globalmente tem seguido bem o seu caminho. E, obviamente, há depois e queria chamar à atenção de todos para isso, embora temos falado muito na gestão da Câmara nestas matérias, que não estão no PowerPoint, mas que estão na gestão de tudo isto, que são mil decisões que temos para tomar na transposição dos Planos de Ordenamento que temos formalmente em vigor e alguns estarem em vigor não formal. E que, nós queremos, com a decisão política tomada, acabar com tudo isso e transpor esse normativo para o Regulamento do PDM.

E aí, enfim, destacando alguns, destaco obviamente o PUCA, que é um Plano que nós consideramos muito mau. Um dos problemas que tem é que aquilo é muito normativo.

Ele define parcela a parcela, canto a canto, as cérceas, as implantações. E depois o nosso PU Polis que, obviamente, é um exercício de urbanismo completamente desadequado — na minha opinião ao próprio tempo em que nasceu.

Mas enfim, dando de barato que estaria bem na altura, hoje não tem obviamente qualquer conexão com a realidade da gestão do território.

Portanto a lógica é trabalhar estes dois Planos e tantos outros, para que as definições que hoje são feitas por esses instrumentos que se sobrepõe ao PDM, passem a estar devidamente cuidadas no PDM.

E aqui levanta-se várias questões. A primeira questão é a questão das definições urbanas. E há duas questões que para nós são muito importantes nas definições urbanas.

*A primeira é o Conceito de Cidade e de Aglomerado Urbano. E aquilo que estamos a pôr no PDM é um conceito alargado de Cidade e não o velho conceito da Cidade que fica entre a Ria e o canal da EN 109.*

*Isto é muito importante porque nós vamos para o Regulamento para fazer definições de zonamento em termos de tipologia de ocupação do território. Não vamos à parcela.*

*Porque não tem pés nem cabeça nós seguirmos o caminho do PUCA. Não vamos inventar nada é o que está no PDM hoje. Mas apenas vamos rever e fazer uma definição de novos zonamentos.*

*Mas é hoje assim o nosso PDM! Mas não é o PDM que manda. Na maior parte do território é o PUCA que manda, com cêrceas que em muitas situações não se percebe, não têm perceção possível. Ainda por cima o PUCA não tem uma memória descritiva minimamente explicativa, nenhum técnico nem nenhuma equipa técnica na Câmara assume o PUCA como seu, portanto é muito difícil trabalhá-lo.*

*Outras coisas, são por exemplo a função da EN 109. Queremos que tenha uma função urbana, com frentes urbanas e servidão directa ou não? Ou queremos cingir essas circunstâncias nas realidades que temos em Verdemilho e em Cacia, e em tudo o resto assumimos em absoluto e definitivo no PDM que se trata de um eixo viário não urbano? Muito importante, obviamente, em termos de definição e da gestão dos fluxos viários. É para esta hipótese que estamos a pender.*

*Dou este exemplo como obviamente podia passar aqui a noite toda a dar "n" exemplos, de tantas e tantas questões que temos para discutir e para decidir, em sede das definições de ocupação do território e que já estamos muito, obviamente, em sede de construção do Regulamento. Nós já vamos para aí na 3ª ou 4ª versão do Regulamento. Digamos que está para sair do forno aquela que é, digamos, uma primeira versão já muito sólida, muito madura. Julgo que até ao final deste mês ao princípio do mês de Maio, essa versão, que já não é a primeira, digamos que é uma versão com muita maturidade. E essa interação agora entre o desenvolvimento do Regulamento e o olhar para todo o Território, para todos os instrumentos de planeamento, procurando fazer obviamente bem a sua extinção e a sua integração, obviamente tem aqui uma importância absolutamente central, absolutamente capital.*

*O zonamento (devia ter dito isto na altura) nós nalgumas áreas queremos deixar flexibilidade no Regulamento do Plano, porque nos é difícil hoje ler o "mercado", ler um horizonte temporal, porque, enfim, sempre que pensamos num PDM pensamos num horizonte de 10 anos.*

*Posso dar-vos como exemplo os terrenos da antiga Lota. O que é que lá vamos pôr? A nossa perspetiva é zonarmos, com referências abertas, de que aquela área pudesse ser usada predominantemente de hotelaria e comércio, colocando também a possibilidade de ter usos habitacionais. Mas é desta forma que fica. E não um Plano de Pormenor que defina qual o metro quadrado da construção, por onde é passa a rua e tal — isso não tem a tal conexão com a realidade. Portanto é por aqui que vamos. Não deixar um vazio (não há vazios), não pode haver vazios, mas deixar este tipo de opções com a necessária abertura para que na gestão urbana, obviamente, nós possamos tomar decisões em razão das perspetivas de desenvolvimento, dos interesses dos mercados e obviamente também das opções políticas que, ao longo dos mandatos vão evoluindo pelas opções políticas e pelo tempo que obviamente também vai evoluindo.*

*Portanto Senhor Presidente, fico-me por aqui nesta nota de introdução, nesta importante matéria, deixando obviamente, repetido todo o nosso empenho e disponibilidade para trabalharmos no grupo de trabalho que o Senhor Presidente acertará comigo a nossa primeira reunião, para garantir que lá vou estar também.*

*E, obviamente, para todas as interações a todo o tempo, neste que é um dossier capital, de capital importância, neste ano de 2018. Muito obrigado."*

### Membros da Assembleia

Vogal Virgínia Matos (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>006</sup>

*"Muito obrigada Senhor Presidente. Boa noite a todos. Muito breve, umas notas muito breves. Primeiro então que aguardaremos o início dos trabalhos do grupo de trabalho, que está formado, para acompanhamento da revisão do PDM e os resultados que nos possa trazer, para nos esclarecer eventualmente melhor em relação a isto, que é tudo ainda muito vago. Não se consegue ainda ter uma ideia, uma noção, muito abrangente de algumas questões.*

*Nós esperamos que esta revisão do PDM seja o momento que sirva para criar um PDM, que permita uma melhor capacidade de proteção ambiental de melhoria da vida dos cidadãos em Aveiro. Que reflita sobre as políticas de urbanismo que estão em prática porque é precisa uma reabilitação do Centro da Cidade. Porquê construir, construir tudo de novo, quando não se reabilita o que já existe. Portanto esperamos que este seja uma revisão do PDM que traga algumas novidades nesse campo.*

*Também penso que ligado ao PDM está a questão das obras do PEDUCA em que é preciso algumas alterações do PDM. Diz-me que não é preciso alterar em nada o PDM para isso? Pronto! Penso que é tudo para já. Obrigada."*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>008</sup>

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Umas notas breves. Agradecer ao Senhor Presidente da Câmara esta explicação que nos deu. Para nós, a maior parte de nós, leigos na matéria é bom começarmos a perceber um bocadinho o que é o PDM em revisão.*

*E aquilo que nós vemos são cércas pelas ruas da Cidade que não tem lógica — não só nas construções recentes! Ao longo dos anos a Cidade foi-se movimentando, os gostos foram alterando. Mas também fora da Cidade. Aquilo que vimos na visita que fizemos há umas semanas atrás, vimos algumas casas no meio de zonas industriais ou encostadas a zonas industriais. Portanto, tudo isso de será certamente motivo de reflexão, sobretudo na Comissão que irá iniciar os seus trabalhos e da nossa parte, toda a disponibilidade para colaborar naquilo que for necessário. Obrigado."*

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>009</sup>

*"Muito obrigado. Duas questões para introduzir o tema. Uma primeira que eu acho, é que é tempo de responder à pergunta sobre o programa e o prazo ao Senhor Presidente da Assembleia, visto que o grupo de trabalho é uma responsabilidade direta, uma incumbência assumida pessoalmente, e acho que há uma questão da utilidade da intervenção deste grupo relativamente ao decorrer do processo, sobre pena de eu ver pouca utilidade, quando foi dito aqui que estamos neste momento a discutir já ao nível das mais altas instâncias. O que quer dizer, imagino eu, que isto seja ao nível da Comissão Técnica de Acompanhamento. Portanto, acho que é uma questão que se deve pôr com alguma urgência, sobre pena de não haver utilidade para o funcionamento deste grupo de trabalho e ser apenas um processo de informação de uma apreciação mais global dentro da Assembleia. Mas penso que isso deva ser respondido.*

*A outra é ao Senhor Presidente da Câmara se existe alguma razão, que eu desconheça, para estar a fazer este ponto da situação nos termos em que ele é feito?*

*Isto porquê? Porque é meu entendimento (e não é uma questão técnica de avaliação), mas é meu entendimento que, apesar de ser um formato em PowerPoint, é muito pouco esclarecedor sobre o que está em causa. E quando se vai à página da Câmara onde estão*

*todos os tais documentos, os documentos que eu encontro lá, são os documentos mínimos de fundamentação do que é que é preciso ou não é preciso fazer, pouco mais do que aquilo que já sabíamos. Pelo menos é o que eu encontro.*

*Aproveitava para dizer duas ou três coisas que me parecem importantes. Dizer que o PEDUCA não tem nada a ver com o PDM, é dizer que, do ponto de vista administrativo, o PDM é uma coisa e o investimento que nós fazemos do território e outra. E é grave, como eu já disse uma vez, que se esteja a gastar o equivalente às GOP no PEDUCA e se considere que isto não tem nada a ver com o PDM!?*

*Até porque nós sabemos que todas as políticas de Cidade que foram feitas nos últimos 20 anos, estão inscritas no território da Cidade, umas com efeitos positivos outras com efeitos negativos. E, por isso, eu penso, que a discussão que já uma vez aqui tivemos sobre o documento que referencia a revisão do PDM e que foi e é apontado, como sendo o documento de estratégia, ele tem realmente uma visão ou início de uma visão, mas é precisamente no âmbito desse grupo, que eu acho que nós devíamos precisar essa visão.*

*E colocarmos de lado peças, porque administrativamente, tem outras origens.*

*Uma nota. O Senhor Presidente da Câmara sabe, como eu sei, que existe algumas coisas aqui, como a cidade alargada ou a Cidade Nascente é uma visão do PUCA.*

*Estamos de acordo que o PUCA é demasiado normativo e precisa de ser arrumado. Também estamos de acordo que algumas coisas passaram o seu tempo. O PDM tem 23 anos, a idade média dos PDM neste país é de 16,8 anos o que é demasiado. Mas temo que não possamos também passar a fazer tábuas rasas de coisas que existem no ordenamento.*

*Como sabe, o Plano da EN109, não sendo um Plano que contempla toda a área que o Senhor Presidente falou, é um plano que introduz algumas normas sobre o conceito de via urbana na EN109. E que pode, com alguma vantagem, porque foi trabalho pago por esta Câmara há três ou quatro mandatos e tem virtualidades sobre o que é que foi considerado. E devo dizer que o perfil da EN109 não se alterou assim tanto.*

*Finalmente, uma nota que eu acho que é mais de contributo do que outra coisa qualquer. Eu estou inteiramente de acordo com a noção de que o PDM não pode continuar a ser um Plano de Pormenor à escala do município. Ou seja, há demasiados PDM a tentarem resolver por antecipação o que se vai passar nos próximos 15 anos. E dou ai a minha opinião dizendo que a flexibilidade é essencial e que o PDM deve ser estratégico.*

*Mas o que eu não vejo ou o que eu não vi é precisamente a estratégia! E a estratégia não pode ser implícita, tem que ser explícita. E o que eu quero dizer com isto: é que, nós realmente devemos ter um PDM que seja bom. E um PDM bom é capaz de acolher as imprevisibilidades. Aquilo que o senhor Presidente disse das oportunidades de mercados conhecidas é realmente isso que o PDM deve fazer.*

*Mas há aqui uma questão que é técnica. A CCDDR tem muita dificuldade em libertar-se deste jugo do normativo. E nós temos que tentar forçar um pouco aqui o nosso o nosso papel. E o papel foi forçado, já agora, no Porto e em Lisboa, tentando fazer com que os objetivos, neste caso objetivos de longo prazo, fizessem parte do próprio Regulamento como critérios para avaliar aquilo que podem ser as oportunidades imprevistas.*

*E só assim é que eu vejo que nós possamos introduzir esse grau de flexibilidade de que se fala. Que não seja um grau de flexibilidade, de uma experiência que tivemos em Gaia, quando o Arquiteto Nuno Portas era lá vereador, que era transformar o Planeamento em gestão. E em gestão quotidiana, dependente de um vereador ou de um presidente de câmara, que só por si decidem o que é bom e o que é mau para a estratégia do município. O que eu quero dizer com isto é que, em âmbito de comissão técnica, e em âmbito de discussão nesta assembleia, a possibilidade de o Regulamento que está a chegar estado de maturidade, deve incluir estas preocupações, no sentido de nós sermos capazes de avaliar e, provavelmente em sede de Assembleia Municipal, aquilo que são os investimentos imprevistos que se impõe relativamente ao PDM.*



*E eu acho que isto é de toda a bondade e implica também algumas coisas que nós não temos feito. É precisamente, não é a questão das afetações, essas estão previstas na lei quando há um qualquer desvio PDM (não é todos os casos), mas quase sempre tem que vir à Assembleia, mas não há nada que obvie a que a Assembleia funcione como uma caixa-de-ressonância e de e apoio à decisão, relativamente à estratégia do PDM. Era só."*

Presidente da Mesa<sup>010</sup>

*"Senhor Deputado, pelo desafio que me colocou, dizer que foi entendido que seria útil como ponto de partida haver aqui este ponto de situação efetuado por esta Comunicação do Senhor Presidente da Câmara. E agora é o momento certo. Iremos reunir, o Senhor deputado é um dos elementos desse grupo, está até digamos especialmente habilitado para dar essa colaboração e que certamente muito irá enriquecer este grupo de trabalho. Portanto em sede desse grupo iremos definir mais em pormenor os timings e o modo de funcionamento e todas essas questões."*

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>011</sup>

*"Obrigado Senhor Presidente, queria saudar a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e a vereação e os senhores deputados. A minha intervenção era mais até numa base de alerta face ao que, durante o tempo em que foi Presidente Junta acolhi algumas reclamações que existiram. Portanto faz sentido que este PDM torne o município de Aveiro, sobretudo em termos da gestão urbana, um pouco mais o homogéneo. Existe uma grande diferenciação, sobretudo a nível das cérceas entre a Cidade e as Zonas mais periféricas. Isto com prejuízo para estas. Porque quem requer a habitação hoje, quer casas pequenas, sobretudo apartamentos, as pessoas mais novas querem a casa quase só para irem dormir. E se não houver esta flexibilidade de perceber e de permitir que sejam possíveis ali construir com alguma altura em zonas mais pequenas, com certeza que não conseguimos meter nas zonas de território periférico ou nas zonas mais periféricas do município as pessoas e assim evitar a sua de desertificação.*

*Portanto deixava este alerta para que na versão final do PDM, que tenham atenção aos territórios periféricos. Sobretudo aqueles que têm mais alguma importância industrial, de modo que também acolham aí, até por uma questão de boa mobilidade, as pessoas que lá trabalham e que, portanto, tínhamos um Concelho a mais homogéneo e mais justo para todos. Obrigado."*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)<sup>012</sup>

Presidente da Mesa<sup>013</sup>

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>014</sup>

*"Estava aqui à espera de um debate aqui muito muito aceso, cheio de perguntas, mas afinal fica para depois.*

*Duas notas ou três. À Virgínia Matos dizer o seguinte: também tem muito a ver com uma das questões que o Fernando Nogueira referenciou, que é a regulamentação do PDM. A regulamentação já tem hoje e vai-nos acentuar as questões ligadas à reabilitação.*

*As questões da relação da gestão, da relação das áreas urbanas com as áreas onde estão os valores ambientais — e que nós temos muitas situações desta natureza.*

*Mas o nosso Plano já tem hoje algo sobre isto. Não é exatamente uma novidade que se lhe vai colocar, mas vamos obviamente cuidar de enfatizar essas matérias, que são importantes, mas repito, não há nenhuma revolução. Nós hoje temos um processo muito intenso de reabilitação urbana na Cidade com o PDM e com o PUCA que temos. Este tipo*

*de questões não tem a ver com isso. O PEDUCA que eu sempre relembro que não é um Plano como diz, o PEDUCA é um conjunto de projetos, está bem com o atual PDM e com o atual PUCA e vai estar bem com o novo PDM. É que não tem nada a ver mesmo.*

*Nós não temos (podíamos ter) um objetivo qualquer no PEDUCA que fosse, que exigisse, a revisão do PDM. No caso era altamente difícil que o fosse e que a CCDR aceitasse porque o risco de não o conseguirmos executar era muito alto à partida.*

*Porque nós quando metemos uma candidatura, um dos muitos documentos da candidatura é demonstrar a conformidade do projeto candidatado ao instrumento de planeamento em vigor.*

*Eu relembro à Assembleia (aos velhos e informo os novos) quando aqui trouxemos aquele Plano de Pormenor do estádio Mário Duarte, com aqueles 8 edifícios que serviu para a Câmara fazer um leaseback, nós tínhamos feito uma candidatura da demolição, da reabilitação urbana dos terrenos dos velhos armazéns que foi chumbada. E nós protestámos muito porque discordamos da decisão da CCDR, mas foi chumbada, porque estava em vigor o Plano de Pormenor que dizia, que naquele terreno, era para construir 4 prédios de 7 pisos. E nós dissemos, mas isto que vamos fazer não é incompatível com o Plano. Nós podemos fazer isto e depois quando for podem fazer-se os prédios em cima.*

*A CCDR disse, pronto ok, façam — agora com Fundos Comunitários é que não, porque o vão fazer em desconformidade com um Plano de Pormenor que está em vigor. E pumba, não passou mesmo.*

*Portanto, tudo aquilo que estamos a fazer do PEDUCA, todos os projetos que estão integrados no PEDUCA, têm de cumprir os Planos em vigor hoje. Hoje cumprem-nos e obviamente cumprirão também o novo PDM.*

*O Jorge Greno falou de uma questão que é muito importante e talvez das mais difíceis que têm o nosso PDM. É a relação da indústria com as áreas urbanas. Quando a indústria está mal metida nas áreas urbanas e temos imensos casos desses. Ou o contrário (também temos alguns casos) que é áreas urbanas metidas dentro de zonas industriais.*

*Lembro por exemplo a delicadeza que temos tido na Taboeira. Porque numa zona de grande expansão, por exemplo, onde está empresa OLI ou a MOLDAVEIRO que vai ser inaugurada agora em Maio, por detrás dela estão casas. Casas novas e casas velhas. E esta relação é delicadíssima e nós já fizemos todo o trabalho prévio, para que no PDM possamos arrumar aquela área que estritamente tem uso industrial e aquela que estritamente vai ter uso habitacional. Ou, olhando àquilo que disse o Casimiro, na Rua da Paz, nós também já tivemos que dizer onde é que é para a zona industrial. Porquê? Porque ela estava a crescer à velocidade não da luz, mas com alta velocidade. Porque ainda por cima com indústrias fluorescentes, facilmente compram a casa do lado e siga. Tivemos que fixar com os instrumentos de ordenamento que temos e com algum poder flexível que temos também, onde é que acabou. E tivemos um problema muito desagradável com uma grande empresa do município, seguramente do grupo das melhores, em que queria andar para comprar mais uma casa ao lado e ocupar o logradouro. Só que ocupar logradouro, no terreno ao lado está uma moradia e uma moradia nova, ainda por cima. E nós dissemos, não podem, porque não cumpre a lei do ruído. E, portanto, acabou. Vocês têm que se convencer que a ampliação da vossa fábrica, queremos que aconteça, não pode acontecer para esse lado. Tem que acontecer para o outro lado ou para trás. Mas isso dá-nos cabo do layout — tem que fazer novo layout da vossa empresa.*

*Portanto este tipo de matérias vai estar no nosso PDM, mas já fomos aprendendo em primeiro lugar e fazendo definições para estancar um processo que no nosso município tem muitos problemas para tratar.*



*E usaremos nalgumas áreas em que há indústria que está errada, que está no sítio errado, usaremos mecanismos regulamentares para criar condições de estímulo para se vir a reconverter obviamente no tempo que for.*

*Dizer ao Fernando Nogueira que a CTA ainda não reuniu. A atual lei que criou só três reuniões da CTA. E isto é de capital importância porque é ela quem decide, mas aquela moda antiga de que fazia muitas reuniões para discutir as coisas isso acabou. A lei agora deixa para a interação bilateral as discussões e, portanto, o regime é profundamente diferente daquilo que tínhamos anteriormente.*

*Dizer-vos que, também (e tenho dito isto ao nosso Presidente) e seguramente na nossa primeira reunião de trabalho vamos ter falar sobre isto, que é: o que é que o grupo de trabalho quer fazer? Porque não vale a pena ter a ilusão de que vai pegar em tudo e participar em tudo e opinar sobre tudo, porque isso não há tempo, nem disponibilidade. Nem de nós que somos profissionais, quanto mais de vocês que o não são. E, portanto, temos também fazer essa boa definição, com o vosso critério, eu apenas ajudarei chamar a atenção para que seja útil. Nós queremos que seja útil o grupo de trabalho, que não seja de informação. O Fernando Nogueira tem esse problema, nós queremos que seja útil na propositura, na reflexão, mas é assim, na reflexão e na propositura. Se for assim conversa como a de hoje, não vai ser lá muito útil.*

*Mas estou convencido que hoje estamos todos a fazer a introdução à matéria e que teremos boas discussões e bons contributos no grupo de trabalho. Foi por isso também que por isso estamos totalmente disponíveis e empenhados no seu desempenho.*

*Em relação à NI09 dizer que o único Plano que conhecemos da 109 (há vários estudos parciais) Plano, Plano da EN109 só há um que é o do Arquitecto Prata, de meados da década de 80. Plano completo. Depois temos umas interações parciais e tal. E, portanto, eu hoje considero que na EN 109 tem de tomar decisões políticas, porque não temos um Plano com um mínimo de atualidade para lhe pegar.*

*Em relação à questão da estratégia. Eu sempre aconselho, quem quiser tratar disto com profundidade, no quadro estratégico, tem que ler a Estratégia Integrada de Base Territorial da Região de Aveiro; tem que ler a o Relatório de Fundamentação da Revisão deste Plano Diretor Municipal. Nas questões da Mobilidade é muito importante o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, que depois deve ser conjugado com o nosso Plano Municipal de Transportes — que iremos falar dele na nossa primeira reunião de trabalho.*

*Portanto há matéria muito densa, seja no espaço municipal seja no espaço intermunicipal, para já não falar em outras coisas, embora tenhamos de enquadrar, nomeadamente o nosso PROT e o Plano Nacional de Ordenamento.*

*Em relação àquilo que o Casimiro Calafate chamou à atenção, é muito pertinente. Embora há aqui equilíbrios que se tenham que fazer. Porque há zonas que quisemos até hoje e vamos continuar a querer, que o uso predominante seja de moradias. Mas é verdade que há zonas que para sermos atrativos para certa tipologia de cidadão, nós não podemos ficar por essa tipologia claramente.*

*Temos várias periferias onde essa situação é fácil, temos algumas onde ela não é exatamente fácil. Mas o seu alerta é absolutamente pertinente para nós cuidarmos dele nas nossas discussões e obviamente nas decisões que temos para tomar. Muito obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)<sup>017</sup>

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>018</sup>

*"Ó Senhor Presidente da Câmara, há aqui um problema que é "estava à espera de uma discussão muito rica"! Eu devo dizer-lhe que é difícil ter uma discussão muito rica, com o*

nível de informação que temos. Eu também poderia encher durante 20 minutos uma série de questões que me interessam sobre o PDM. Mas o que parece é que não era essa a intenção desta Assembleia nem deste ponto. Porque se não teríamos que discutir em que medida é que o PDM está de acordo com o Plano Estratégico da Cultura; em que medida é que o PDM está de acordo com a Política de Transportes — e nunca mais acabaríamos até chegarmos à nova localização do novo Pavilhão Municipal e razão de ser ali, etc, etc.

E por isso não parece sequer que o comentário venha a propósito — e que depois se completa dizendo "quem quiser leia". Eu já li o documento estratégico. E devo dizer-lhe já que o documento Estratégico é pobre do ponto de vista da formulação da Estratégia.

Ele é quando muito um pontapé de saída para uma Estratégia, mas não a grande estratégia. Há lá estudos de fundamentação (alguns si senhor) e constatações.

E as constatações, por exemplo, são preocupantes ao nível do que é o resultado da implementação de um Plano sobre o qual passou muito tempo, e que por isso produziu uma enorme disfunção relativamente àquilo que era a nossa Rede Ecológica.

A Rede Ecológica dos cinco dedos, à custa de ultrapassagens pela desafetação da RAN e da REN e de uns Perímetros urbanos, que na altura pareceram bons do ponto de vista daquilo que existia. Porque eu lembro-me que na altura o procedimento na Câmara era construir uma infraestrutura e à custa dessa infraestrutura abrir mais um caminho. E depois à custa de mais um caminho mais uma frente de urbanização. Houve depois um processo de contenção, mas esse processo merecia também uma reflexão nova sobre o que é que ele faz relativamente à rede de transporte, a distribuição de equipamentos, ao custo que nós temos na gestão das nossas infraestruturas. E, por isso, ter uma discussão a este nível não me parece que se faça com base neste tipo de documento.

Já agora, também devo dizer que o documento para além de haver muita informação que é repetida, nomeadamente sobre os prazos, sobre o cronograma, este documento revela algumas (e eu diria) fragilidades.

E penso até que algumas coisas seriam de bom-tom não aparecerem lá. Como dizer que o PDM não tem Avaliação Ambiental Estratégica!? Quando é tão simples como isto, o PDM foi aprovado em 91, a diretiva da Avaliação Ambiental Estratégica é da Europa de 2001 e foi transposta para a nossa legislação em 2007.

Por isso julgar a 20 anos quase de atraso, não sei, espero que isto não revele muito da qualidade do trabalho técnico que por lá se está a fazer.

Mas uma vez dizia e volto a dizer. O PEDUCA, tal como todas as coisas, neste momento a Câmara tem um empreendimento bastante generoso, eu diria, em termos das propostas. Não sei se é generoso em termos de conteúdo das propostas? Mas todos nós estamos neste momento a falar Plano Estratégico do Turismo; do Plano Estratégico da Cultura; de PEDUCA; de renovação Parque Escolar, Carta Educativa — e deixar esse debate fora da estratégia do PDM pensando que o Ordenamento do Território é uma coisa e as componentes imateriais de desenvolvimento são outras, bem!? Mal de mim pensar que os Senhores Vereadores e o Senhor Presidente da Câmara pensam nisto assim.

Só estou a dizer é que a explicitação da estratégia e a compreensão destas coisas, sobretudo tendo em conta que se nós formos cumpridores, no próximo ciclo, o PDM durará não 23, mas 10 anos. 10 anos é um prazo muito razoável para tudo o que eu acabei de dizer e, por isso, não faz sentido separar.

Finalmente e só para acabar. Não é para mim assim tão claro que as obras do PEDUCA não tenham implicações, não ao nível das classes de uso, mas ao nível das categorias do uso. Nomeadamente quando nos tivermos de debruçar, em mais detalhes, sobre o projeto do Rossio.

Mais ainda. Não havia nada na proposta, tanto quanto eu julgo saber, mas é uma pergunta: eu pergunto se os contornos do documento (que eu li e que foi enviado e que falava mais ou menos daquilo que ia ser feito), mas eu pergunto se o conteúdo técnico do

*documento que foi enviado à CCDR falava da construção de um estacionamento em espaço subterrâneo, num território que tem características específicas e que de acordo com as categorias de uso, pode não ser bem como o Senhor Presidente diz.*

*Por isso só lhe pergunto se está ou não está especificada na candidatura, no subsolo, no Rossio, um estacionamento e ocupação com construção, num espaço que é considerado espaço para equipamentos e espaço verde?"*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>019</sup>

*"Senhor Presidente, eu queria apenas reiterar que tenho enorme confiança na missão de acompanhamento que a Comissão aqui criada vai ter. De acompanhamento disse eu e repito."*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>020</sup>

*"Apenas dizer que esta nossa operação teve um envolvimento estratégico total. De todas as áreas, da Cultura a Mobilidade, de todas as áreas. V. Exa pode estar muito bem preparado, saber muito disto, mas olhe que a nossa equipa está muito bem preparada e sabe alguma coisa disto.*

*Agora o meu desafio é que tenha uma atitude positiva e de propositura. Nós vamos trabalhar com a Assembleia no grupo do trabalho, primeiro para cumprimos a nossa obrigação, que cumprimos com grande alegria que é dar informação e ouvir-vos sobre a informação que vamos dar, mas também para ouvirmos proposituras, para tomarmos nota delas, para as ponderarmos e para as discutirmos, para enriquecer as nossas decisões. É com este espírito que nós vamos para o grupo de trabalho.*

*Agora saiba, que este exercício é um exercício total, completo e integrado, como sabe que deve ser, para ser bom. E como nós sabemos como deve ser para ser bom, nós estamos a fazer este exercício para ser bom, não para estarmos aqui só par afazer uma revisão porque a lei manda.*

*E em relação ao seu problema, porque agora o meu amigo sempre que fala de qualquer coisa, a conversa tem de acabar no Rossio!? Eu percebo que haja aí um interessa grande e lá vamos conversar sobre isso. Agora Fernando tenha em conta duas coisas. Primeiro, o parque de estacionamento não é obra PEDUCA. Segunda, qualquer coisa que façamos no nosso território, seja no Rossio, seja lá onde for, tem que cumprir os instrumentos de planeamento em vigor. Quando nós lançamos formalmente um concurso de ideias (chamando-lhe um nome popular) a ideia que pusemos a concurso têm que cumprir o instrumento de Planeamento em vigor. Não estamos aqui a inventar nada. Nas categorias de uso, em todas as questões. E temos naquela zona questões delicadas (como o Fórum teve que cumprir no seu tempo, mas que ainda hoje cumpre) como tudo o que acontece tem que cumprir. As obras públicas e as privadas.*

*Portanto, a esse nível independente das suas concordâncias ou discordâncias, no que respeita à conformidade legal, garantia absoluta naquilo que é financiado por Fundos Comunitários. E naquilo que não é financiado por Fundos Comunitários a Câmara obviamente cumpre. Não foi assim no passado. Sabemos bem os problemas que tivemos para licenciar operações, financiadas por fundos comunitários do QREN.*

*Só que além do mais, além de nós não fazermos asneiras, no Quadro de Portugal 2020, essas asneiras já nem sequer são possíveis. Porque no QREN, depois da revisão feita pelo então Secretário de Estado Fernando Medina, os processos só tinham que estar prontos no fim das operações. Portanto nós podíamos fazer a Escola de Verdemilho desconforme à Reserva Agrícola, que financiavam, pagavam tudo, só no fim quando apresentávamos o relatório final é que a conformidade tinha de estar garantida.*

*No Portugal 2020 não é assim. Quando apresentamos — e é por isso que um dos problemas que os municípios têm na execução do programa é exatamente isto. E que no início, para a candidatura ser admitida (não é aprovada é admitida) essas verificações de legalidade tem de estar feitas a cem por cento.*

*E, portanto, esse espaço que houve no QREN não há no Portugal 2020. Portanto a conformidade legal daquilo que fazemos é absoluta. Muito obrigado."*

**De seguida o Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções, deu o documento do ponto de situação da Revisão do PDM de Aveiro, como apreciado<sup>021</sup> pela Assembleia.**

### **Ponto 7 – Apreciação e votação de Recrutamento de um Assistente Operacional – Educação Pré-Escolar.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 01/03/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

Continuando, o Presidente da Mesa, deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>022</sup>

*Senhor Presidente é o cumprimento de um ato burocrático. É minha convicção que não será a última vez porque precisamos de mais uma pessoa pelos motivos são invocados na proposta — tem que vir à Assembleia Municipal e cá está proposta. Muito obrigado."*

Aberto o período de inscrições pela Mesa, nos termos regimentais, não houve inscrições dos deputados para intervirem sobre este tema.

**Não havendo inscrições, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>023</sup> Ponto 7 – Apreciação e votação de Recrutamento de um Assistente Operacional – Educação Pré-Escolar, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. (PSD14+CDS6+PS9+BE2+PCP1+PAN1).**

Não houve declarações de voto.

### **Ponto 8 – Apreciação e votação Proposta de Recomendação à Câmara Municipal "Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município".**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente<sup>024</sup> da Proposta de Recomendação à Câmara (Bloco de Esquerda) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Virgínia Matos (BE):<sup>025</sup>

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Nem de propósito este assunto vem no seguimento do ponto anterior que trata do processo de regularização e uma funcionária e nós aqui nesta proposta pedimos a regularização de todos os vínculos precários do município.*

*É conhecido que a precarização do trabalho tem sido uma marca da degradação das relações laborais nos últimos anos. Não apenas no setor privado, mas também no Estado, disseminaram-se múltiplas modalidades de emprego precário e multiplicaram-se vínculos não permanentes, falsas prestações de serviço, utilização de estagiários para preencher necessidades permanentes, formas de intermediação laboral precarizadoras, o recurso a programas ocupacionais para preencher, com um custo muito reduzido verdadeiras necessidades permanentes dos serviços. Infelizmente isto foi também assim nas autarquias. O artigo 19º da Lei do Orçamento do Estado para 2016, determinou a realização de levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública. O relatório sobre esse levantamento foi divulgado a 31 de janeiro de 2017 e revelou a dimensão desta realidade.*

*No que diz respeito à Administração Local e ao Setor Empresarial Local, foram identificados à data de 30 de junho de 2016: 12.738 trabalhadores enquadrados por contratos emprego inserção e contratos emprego inserção mais; 1.048 estagiários enquadrados pelo regime jurídico do programa de estágios profissionais na administração local (PEPAL) como consta do Decreto-Lei nº 166/2014, de 6 de novembro.*

*5.772 prestadores de serviços (os designados recibos verdes); 4.532 contratos a termo resolutivo na administração local; e 2.149 no setor empresarial local.*

*Com o referido relatório estabeleceu-se também que a Direção-Geral da Administração Local (DGAL) deveria proceder a um levantamento junto das autarquias locais até 31 de outubro de 2017, das funções desempenhadas ao abrigo dos instrumentos de contratação a que se referia o mencionado documento.*

*Em dezembro de 2017 foram conhecidos os dados reportados à DGAL, nos quais os organismos da administração local reconheciam haver 15.758 trabalhadores precários a assegurar funções permanentes. Dos quais cerca de metade (46,6%) são desempregados com contratos financiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).*

*O número indicado pelas câmaras, juntas de freguesia, empresas locais, serviços municipalizados e entidades intermunicipais, representa 14% do total de trabalhadores do sector local.*

*O programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na administração pública (PREVPAP) é, mais do que uma oportunidade, um repto para que finalmente sejam respeitados os direitos mais elementares dos trabalhadores que garantem os serviços públicos.*

*Todos os organismos públicos, na Administração Central ou Local são chamados a cumprir a lei, regularizando as situações de precariedade.*

*A Lei nº 112/2017 de 29 de dezembro, prevê os procedimentos do processo de regularização e integração dos trabalhadores precários do Estado, em que se incluem as autarquias locais e os seus diversos organismos: Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados, Entidades Intermunicipais, Empresas Locais, Juntas de Freguesia.*

*Ora, tendo a Câmara Municipal de Aveiro respondido em Outubro passado ao inquérito realizado pela parte da Direção-Geral da Administração Local, trata-se agora de concretizar a regularização de todas essas situações, dando cumprimento a um objetivo da maior importância — o restabelecimento da normalidade no que às relações laborais no setor público diz respeito.*

*A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão ordinária de 6 de abril de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Aveiro:*

- 1. A divulgação, num prazo máximo de 3 dias, dos dados remetidos pela Câmara Municipal à Direção Geral da Administração Local, relativos à existência de vínculos precários na autarquia, discriminando o tipo de vínculo, a categoria profissional e as funções desempenhadas;*

2. *A implementação de um processo de regularização de todos os vínculos precários existentes na autarquia, recorrendo aos mecanismos previstos no PREVPAP e conforme previsto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017;*
3. *Na execução do processo de regularização, deve a Câmara prever, conforme previsto no n.º 5 do artigo 3.º daquele diploma:*
  - a. *Uma fase para apresentação de requerimentos pelos interessados, aberto a todos os trabalhadores com vínculos precários, com vista a requerer a sua inclusão no processo;*
  - b. *A definição de uma comissão paritária, composta por representantes da Câmara Municipal e dos trabalhadores, com a missão de avaliar as situações a regularizar. Esta comissão deve debruçar-se sobre os casos que resultam da apresentação de requerimento e outros que sejam sinalizados por algum dos seus membros;*
  - c. *Um prazo máximo de 2 meses para análise dos processos e abertura dos procedimentos concursais que possam ter lugar;*
4. *Até à conclusão do processo de regularização, travar o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade, renovando ou impedindo a cessação de qualquer vínculo não permanente e que possa ser apreciado para regularização."*

#### Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

*"A Moção é uma decorrência que decorre da nova lei que permite fazer este processo de regularização. E, de facto, esta lei existe porque o Estado tem sido de alguma forma também useiro e vezeiro, em abusar das situações precárias, nomeadamente sujeitando quem trabalhou para ter com os seus descontos direito ao subsídio desemprego, e depois estando condicionado a manter o seu próprio subsídio sob pena de não trabalhar. Portanto são as regras e é assim que tem procedido.*

*O que eu acho é que a lógica, para ser sincero, tem a ver mais com a questão política da forma de apresentação das coisas. O que para mim, o Bloco de Esquerda terá o seu entendimento sobre isto, para mim faria sentido era perguntar diretamente ao Senhor Presidente da Câmara, diga lá em que ponto é que estamos em relação a esta lei. Fico à espera que o Senhor Presidente depois diga qualquer coisinha, também tenho interesse na matéria.*

*E depois para dizer que, tendencialmente, genericamente, evidentemente que o PS tem simpatia e acolhe a ideia, senão não tinha subscrito a legislação. Agora moção em si já não. Até porque neste ponto 4, vocês propõe na moção " Até à conclusão do processo de regularização, travar o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade..." A Câmara então travaria o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade (não sei se tem ou não, o Presidente dirá) "renovando ou impedindo a cessação de qualquer vínculo não permanente e que possa ser apreciado para regularização." Nem sei se teria condições para fazer isto de alguma forma e, portanto, em bom rigor, a tendência quase definida da bancada do PS é mesmo abstenção. Porque do ponto de vista do princípio, subscreeve e adere aos princípios que informaram a lei. Mas obviamente não pode subscrever, dando aprovação a esta moção, porque ela não é adequada para a defesa até da própria legislação em vigor. E, portanto, ficamos à espera dos esclarecimentos do Senhor presidente da Câmara se os entender dar, sobre a matéria. Disse."*



Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>028</sup>

*"Eu concordo com o senhor deputado Pedro Pires da Rosa, quando diz que, esta moção podia ter sido substituída por uma pergunta diretamente ao Senhor Presidente da Câmara. Mas obviamente não tinha os mesmos efeitos que o Bloco de Esquerda pretende tirar daqui. Mas se tivessem feito isso certamente teriam a resposta que eu obtive quando fiz a pergunta, que é: os processos dos trabalhadores que eram abrangidos pela lei foram tratados ainda durante o mandato anterior. Foram resolvidos oportunamente nos termos da lei que existia nessa altura, haverá um outro caso que não terá sido resolvido e que certamente o Senhor Presidente da Câmara poderá explicar à Assembleia. Muito obrigado."*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>030</sup>

*"Senhor Presidente, muito obrigado. De forma muito sumária. Enfim, esta proposta é do tipo que vai para as Câmaras todas. Nós temos os nossos problemas todos resolvidos. Nós resolvemos, nós teríamos, enfim, chamando precário usando esse nome do quadro legal hoje, nós teríamos no mandato anterior cerca de 200 pessoas nessa condição. E nós usámos o quadro legal em vigor para resolver todos os casos.*

*Um deles talvez o mais inadmissível, tratámos uma parte dele do ponto anterior. Foi as nossas auxiliares de ação educativa (como se chamava antigamente), algumas delas há 15 anos a trabalharem para nós, para os nossos jardins-de-infância, para nós, para a comunidade, trabalhavam durante 10 meses, eram despedidas 2, iam para o Fundo de Desemprego, contratadas outra vez — e algumas andaram nisto 15 anos.*

*Acabou. Só que não usámos o quadro legal (este) porque obviamente usámos o outro. Lançámos um concurso, foi à Câmara, veio à Assembleia Municipal, candidataram-se 240 e tal pessoas, o que nos deu muito mais trabalho do que se tivéssemos utilizado o quadro legal actual. Mas pronto, está tudo tratado.*

*Há uma exceção a este tudo. Nós oficiámos a DGAL, obviamente, dizendo senhora DGAL nos não temos ninguém, não vamos enviar lista nenhuma porque não temos ninguém.*

*Passados 3 meses, mandámos outro ofício à DGAL a dizer "olhe, desculpem, mas temos aqui um caso". E o caso que temos e colocámos e estamos já com o processo em desenvolvimento, nem sequer teve consenso dentro da nossa equipa técnica, porque é uma pessoa que está a trabalhar na Câmara com o regime de avença, prestação de serviços. É de facto uma necessidade permanente. É objetivamente uma necessidade permanente, precisamos daquela pessoa a título permanente. Ela de facto está a fazer um trabalho com subordinação hierárquica, é verdade. Quando a contratámos foi na lógica de que precisávamos daquele recurso muito. E ela também não tinha disponibilidade de vir trabalhar para nós com outro vínculo que não fosse aquele. Estamos a falar de uma jurista. E também a vida dela, enfim, as lógicas da sua vida mudaram. E aquilo que ela queria que era uma carreira como prestadora de serviços, mudou também.*

*E, portanto, encontraram-se as vontades e a nossa Chefe de Divisão propôs que nós tratássemos dessa situação, aproveitando este quadro legal, para, enfim, com as devidas aspás, passá-la para o Quadro da Câmara. Esta é a exceção que, repito, tínhamos e temos. Agora, era preciso desempatar e já de desempatamos dentro da equipa. Havia gente que achava que não se aplicava bem, porque é um vínculo muito recente. A pessoa está a trabalhar connosco há um ano e meio.*

*Mas pronto, tomámos a decisão de dizer sim senhor. Vamos utilizar o quadro legal para tratar desta questão.*

*Pronto, esta é a exceção ao tudo dos precários que de resto, obviamente, nada disto se aplica. Tratámos, tratámos bem, cumprimos a lei, não houve nenhum tumulto, toda a gente*

*tem a sua vida tratada, quem saiu e teve direito a indemnização pagamos no dia em que se foram embora. Nas empresas municipais, nas rescisões de mútuo acordo, como sabem tivemos uma possibilidade legal de fazer rescisões de mútuo acordo, portanto a nossa Câmara tem esta sua situação este nível absolutamente tratada.*

*Não usamos mecanismos de contratação para alimentarmos situações de necessidades permanentes. Nós temos duas situações de vez em quando, em razão de necessidades pontuais e são 6 meses e acabou. Portanto esta é a nossa objetiva realidade. Portanto nada disto se aplica à nossa Câmara Municipal. Muito obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)<sup>031</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>032</sup>

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>033</sup> Ponto 8 – Apreciação e votação Proposta de Recomendação à Câmara Municipal "Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município" – feita pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda, sendo a mesma rejeitada, com vinte votos contra (PSD14+CDS6), dez abstenções (PS9+PAN1), três votos a favor (BE2+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>034</sup>

*"Queria deixar só a declaração e voto do PCP em relação ao voto favorável em relação à Recomendação apresentada, com duas considerações. Primeira, tomando como boas as explicações dadas pelo Presidente da Câmara no ponto anterior e que de resto trouxe uma informação que não trouxe da primeira vez, uma vez que em sessão anterior o tinha feito, informando que no município de Aveiro, não tem no seu Quadro de Pessoal, trabalhadores em situação precária. Isso é um elemento que confirmando-se se saúda e é positivo. De alguma forma comporta alguma extemporaneidade à Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, contudo votamos a favor por ser um tema, ainda mais em organismos do Estado, que de alguma forma nos preocupa e acolhe a simpatia. Não obstante o facto apresentado pelo Senhor Presidente de Câmara de que no Quadro de Pessoal não haverá trabalhadores precários no município. Tenho dito."*

Vogal Rui Alvarenga (PAN)<sup>035</sup>

*"Boa noite a todos. O PAN preferiu a abstenção relativamente a esta matéria. Simpatiza com a temática e com as preocupações subjacentes à mesma todavia não estávamos aqui a tratar de forma genérica a amplitude nacional das políticas laborais. Especificamente nesta matéria, apesar desta simpatia, sentimos alguma fragilidade e alguma reserva relativamente à forma como a Moção está estruturada. É só isso. Obrigado."*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>036</sup>

*"Só para fazer menção que a declaração de voto do Partido Socialista é a minha intervenção."*

## **Ponto 9 – Apreciação e votação Propostas de Recomendação à Câmara Municipal:**

- a) Transmissão em direto das Sessões da Assembleia Municipal;**
- b) Conjunto de ações e medidas de prevenção a implementar no imediato, para impedir a disseminação do problema dos animais de companhia abandonados no concelho de Aveiro.**

### **Ponto 9 :**

#### **a) Transmissão em direto das Sessões da Assembleia Municipal.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente<sup>037</sup> da Proposta de Recomendação à Câmara (Partido Pessoas-Animais-Natureza) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Rui Alvarenga (PAN):<sup>038</sup>

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Em 44 anos de Democracia ainda não conseguimos parar a progressão das elevadas taxas de abstenção e o afastamento progressivo entre eleitores e eleitos.*

*Como Sua Excelência o Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro referiu no seu discurso de tomada de posse, é necessário (e permita-me a citação) "fazer a pedagogia da democracia e das suas instituições representativas. E isso faz-se com uma maior visibilidade e comunicação. Esta pedagogia democrática faz-se pela mobilização dos cidadãos, abrindo as portas da Assembleia, atraindo a vinda públicos como os jovens na sua maioria alheados da vida política". Para que este imperativo democrático se concretize, cabe-nos a nós eleitos a responsabilidade de criar condições diversificadas para que todos os aveirenses possam acompanhar o trabalho desenvolvido por este importante órgão autárquico. O recurso às acessibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias da informação, permitiram que o nosso trabalho chegue aos munícipes que não se podem deslocar à Assembleia. Constitui também um veículo de aproximação entre os aveirenses espalhados pelo mundo e os progressos que vão correndo na sua terra. Aproveitando a reestruturação do portal oficial da Câmara Municipal julgamos ser este o momento ideal para a implementação deste relevante contributo para a democracia local. tenho dito, obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>040</sup>

*"Ex.mo Senhor Presidente, senhores deputados. Não tenho nada de significativo a dizer. Apenas a propósito da moção, do conteúdo da Moção apresentada pelo PAN fazer uma breve reflexão. Aquilo que o PAN propõe não é algo novo. Esta Assembleia Municipal já foi há dois mandatos atrás, no anterior o anterior, as suas sessões eram regularmente filmadas e passavam na Internet. Não tenho uma noção de quantas visualizações teriam, francamente não tenho. Mas penso que não deviam ser muitas.*

*A ideia de que as sessões possam ser filmadas e exibidas não tem qualquer problema. Isto é um espaço democrático, um espaço aberto, que as pessoas bem podem participar, podem assistir às sessões aqui na assembleia municipal, tal como na Assembleia da República as podem assistir na ARTV. Nós não temos uma qualquer objeção à proposta. Apenas ressalvamos uma ideia, que é muito importante e que não será propriamente uma originalidade. Que é facto que a participação da população nos processos políticos e a vigilância democrática, de facto, vai muito para além daquilo que é portanto visualização on-line dos debates da Assembleia Municipal. E que haverá medidas muito importantes*

*que deverão ser traçadas, de alguma forma permitindo que a população participe de uma forma mais ativa na condução dos seus próprios destinos. Este mandato deu alguns passos positivos nesse sentido. Nós acreditamos que sim. Enfim, outros ainda deverão e poderão ainda ser dados. Tenho dito."*

Vogal António Neto (BE)<sup>041</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>042</sup>

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>043</sup>

*"Senhor Presidente, ouvindo aqui a intervenção do CDS eu até estava convencido que o CDS iria votar favoravelmente — até para não fazer ali a desfeita ao Dr. Capão Filipe que foi presidente da Assembleia Municipal e que foi quem introduziu. Eu fiz parte até de uma Mesa de uma Assembleia Municipal, mas na altura a internet não era tão rápida. Mas o Dr. Capão Filipe que foi um belíssimo Presidente (do meu ponto de vista) da Assembleia Municipal, introduziu isso a custo zero. Vinham cá os estudantes da Escola Profissional de Aveiro, não devia ter aquilo nenhum custo acrescido.*

*Mas há uma coisa na proposta do PAN que é curiosa. Faz uma proposta de recomendação à Câmara Municipal de Aveiro. Ora bem, eu acho que devia ser à Assembleia Municipal. Evidentemente com parceria com a Câmara Municipal Aveiro, que deve ter essa tutela e essa decisão e esse poder. Portanto é uma coisa nossa, diria assim.*

*Se nós tivéssemos a pedir eventualmente à Câmara e ao Presidente da Câmara um dinheirão para fazer aqui uma coisa não faria sentido. Mas isto não tem propriamente um custo acrescido e antigamente havia um orçamento inscrito, agora já não tenho a noção como é que é. Mas penso que sim continua a ser um orçamento autónomo e haverá verba para isso.*

*Em Águeda, eles têm duas câmaras. Tem uma câmara que foca quando eles falam do púlpito (a sala é diferente), mas está uma câmara para o púlpito e outra câmara, duas câmaras fixas até, que fazem a visualização central e depois transmitem aquilo no Meo Canal da MEO. Não deve ter custo nenhum acrescido. São duas webcams e a internet já aqui a temos, eventualmente teremos que aumentar os dados.*

*E, portanto, conto com a abstenção do CDS. Fico de alguma maneira já sensibilizado com aquele cheirinho que o CDS já deu e pelo abanar de cabeça do Senhor Presidente da Câmara que estará a pensar nisso, já na sequência da remodelação do site. O site até que é uma coisa curiosa. Estive agora aqui no site, porque não tinha, não trouxe a moção impressa comigo do PAN, e estava no site para consultar os documentos. E como sempre a parte da Assembleia Municipal diz "Ups, trabalho em obras e tal". Eu até pensei que era a remodelação a chegar. Não é coisa nenhuma, porque o site da Câmara funciona todo bem, não há um link que falhe, o da Assembleia é que é uma coisa, não é. Falhou! Está a falhar e eventualmente ninguém tem culpa quanto a isso, mas não deixa de uma curiosidade.*

*De qualquer forma é para dizer ao PAN que o PS votará favoravelmente a proposta, nem podia ser outra coisa, e ainda tem esperança que o CDS reconsidere a sua posição — até para não fazer a desfeita ao Dr. Capão Filipe, que está ali e que seguramente ficaria agradado ver o seu trabalho reconhecido em relação a esta matéria."*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>044</sup>

*"Eu registo que se o Sr. deputado Pedro Pires da Rosa fez aqui publicidade a uma empresa de telecomunicações, que não é do agrado do Senhor Primeiro-Ministro — fica registado.*

*E portanto, deixem-me só esclarecer o seguinte: eu penso que o PAN deveria ter salvaguardado as questões de legalidade da transmissão — que estão neste momento ser*



vistas. E, portanto, não haverá nenhum voto favorável do PSD nessa matéria até que essa questão estar tratada. Além do mais, como também já foi reconhecido aqui, não existem neste momento condições técnicas para proceder à transmissão seja do que for. Lá estaremos a caminho com a nova plataforma eventualmente.

Mas eu devo saudar o Senhor anterior Presidente e reconhecer que esse seu trabalho, além do seu trabalho ter sido muito bom nessa matéria, fez um grande trabalho, foi pioneiro, portanto, escusam outros de vir reclamar esse pioneirismo. Muito obrigado."

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[046](#)

"Muito obrigado, senhor Presidente. Aqui respondendo ao Senhor deputado Filipe Guerra, a questão aqui não se trata de quantificar quantas pessoas são que vão aceder aos visionamentos. Aqui é aproximar as pessoas que não podem vir cá. Ou seja, trata-se de uma justiça de social se quiser. Que é, pessoas que não podem por uma questão de mobilidade vir a esta câmara e pessoas estão longe e que estão distantes do seu país, da sua terra, tentarem vislumbrar por este canal os progressos que aqui estão a desenvolver. Não é uma questão de quantificação, mas uma questão de qualificação.

Relativamente à questão da autoria ou de participação no passado relativamente a uma solução destas, tranquilos. Gostariamos nós que houvesse aqui uma unanimidade em torno desta matéria.

Sim, com certeza, sabemos dos esforços do Bloco no passado e, portanto, converge com aquilo que nós estamos aqui a tentar fazer.

Relativamente ao Senhor deputado Jorge Greno não percebemos a questão. A nossa declaração, a nossa intervenção não tinha que ser um decalque do texto da proposta.

Aliás, a declaração tem o cuidado de ir buscar uma intervenção de sua Excelência o Presidente da Câmara, quando nos aqui referiu que estava em fase de preparação o portal da Câmara, e só aí é que sentimos que havia a necessidade e seria o momento de propor esta solução. Se o portal não estivesse em fase de cogitação ou preparação, porventura até, poderíamos diferir no tempo esta proposta.

Portanto, tem que ver com o tempo e com as circunstâncias em que nós quisemos suscitar esta esta matéria.

Pires da Rosa, sim. Podíamos tê-lo feito dirigindo-nos à Assembleia, claro, concordo perfeitamente. Não há aqui nenhum tipo de discordância.

Relativamente às questões técnicas. Não parecem muito complexas, mas para já também não podemos definir isso e não sabemos como é que, em que âmbito, é que o senhor deputado Henrique Diz, diz que não há condições técnicas!? A legalidade, podemos eventualmente cogitá-la, mas a questão é que há municípios que estão neste momento a fazê-lo de forma tranquila. Por exemplo, Montijo, a proposta até foi do CDS. Aqui já existiu, de facto, essa prática e bem. Portanto, cumprimento do ex-presidente da Assembleia Municipal.

E dizer que de uma assentada, a bancada do PSD e CDS implodiu a iniciativa de Vossa Excelência no passado, e também o discurso de inclusão de sua Excelência o Presidente da Assembleia Municipal, por razões que muito sinceramente aqui não considero válidas. Deixo à consideração a questão técnica. Se me disserem não é possível fazer agora, é possível fazer daqui a 6 meses, mas também a nossa proposta não estabeleceu um timing. Deixou essa amplitude e essa abrangência, essa referência lata, como no PDM, para que a Câmara, enfim, convergindo que os meios técnicos que dispõe, se disponibilize a levar a todos os cidadãos esta ferramenta de aproximação entre o eleito e o eleitor.

Era uma proposta simples, mas ao contrário de que o nosso companheiro Jorge Greno disse na sessão anterior, que nós não propomos nada, não propomos alternativas, mas

*elas são rejeitadas com uma fundamentação extremamente primária, que necessariamente não vemos, não vemos aqui nenhuma objeção a esta iniciativa. A Câmara pode acolhê-la pode acolhê-la daqui a um mês, daqui a dois, para o próximo ano, daqui a dois anos — era mais uma proposta muito simples, que infelizmente este plenário não conseguiu fazer aprovar. Obrigado."*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>047</sup>

*"Senhor Presidente só para dar nota de um ou dois esclarecimentos. Os recursos que a Câmara usou no passado para fazer aquilo que se foi feito, hoje não estão disponíveis. O trabalho precário hoje não é aceite por ninguém. O trabalho precário hoje não é aceite por ninguém (risos). Além disso, até nós já somos contra a precariedade.*

*Portanto, é uma coisa absolutamente assumida como patriótica e, portanto, repito e um dia destes, um dia deste não, talvez ainda vai demorar talvez uns três meses, vamos ter aqui um grande debate, talvez dos mais difíceis problemas que a nossa Câmara Municipal tem. E que tem a ver com coisas como essa. Que tipo de recursos técnicos e humanos foram usados, com que formato, com que quadro legal etc. Vamos ter aqui um dossier, que cá virá, eu julgo que talvez até ao fim do segundo trimestre, início do terceiro trimestre, para perceberem uma série de coisas que eu próprio já percebi uma parte, mas ainda tenho outra parte para perceber.*

*Portanto, os recursos usados noutros tempos estão hoje indisponíveis. Nomeadamente por questões de rigor formal, por questões de natureza formal, ligada à mobilização dos recursos humanos e técnicos.*

*Ponto dois. Hoje e nos próximos meses, a nossa Câmara não tem condições de fazer esta operação. Não há condições técnicas ao nível das comunicações — que é uma das grandes reformas que estamos a fazer. Um dos grandes problemas que temos, e é um grande investimento que está em curso, é o sistema de comunicações entre os edifícios.*

*Os nossos mecanismos centrais de informática estão no Centro de Congressos, e comunicamos com este edifício onde estamos, com o Museu da Cidade, com os Paços do Concelho, por um sistema de antenas, frágil, incapaz, com um conjunto de insuficiências. Estamos a fazer um grande investimento para passarmos a ter um nível de fiabilidade muito alto na comunicação entre estes edifícios, porque o manuseamento e a gestão está, como não podia deixar de ser, num só sítio.*

*Eu posso dizer é que garantidamente durante o primeiro semestre do próximo ano, temos este problema resolvido tecnicamente e somando a nossa plataforma informática, o nosso site, que é assim que costumamos chamar-lhe. Porque é muito mais do que um site aquilo que vamos ter. Vai ter capacidades e competências que hoje não temos e não temos a menor condição prática.*

*A outra questão que vos quero deixar com clareza e que estamos a tratar já dela em sede da ANMP. E que alguns municípios (e foi aqui citado um que já correu esse caminho) e mesmos esses o caminho não acabou, é de facto a questão da legalidade nestas matérias.*

*Há de facto e de direito, dúvidas sérias. E há questões que estão a ser trabalhadas na ANMP, alguns municípios estão a fazê-lo com as suas CCDR, porque há um conjunto de dúvidas objetivas sobre o quadro legal em que estas matérias têm que operar. Sejam as TV municipais, sejam outro tipo de plataformas, que permitem aceder.*

*E última nota. Uma operação nova em que estamos todos a trabalhar imenso. Entre o mês passado e este nós levámos a formação 59 funcionários. A nova Lei do quadro legal de proteção de dados — que é uma coisa complicadíssima. Estamos a gastar uma fortuna em formação. Cá virá também pois temos regulamentação para fazer. Temos uma série de coisas e que vem tornar muito inacessível coisas que nós hoje temos como absolutamente banais e normais.*



*Portanto há realidades novas, nomeadamente este nível, temos um gestor que nomeamos. Talvez o nosso mais experimentado funcionário que é o Dr. João Carlos Vaz Portugal, gestor desta matéria. Temos um grupo técnico criado no quadro da CIRA. Temos um plano de formação que já está em plena execução. Só a CIRA nesta primeira volta de formação, deu formação a quase 400 pessoas. E há de facto um conjunto de matérias muito complexas em relação ao cumprimento que, obviamente, vamos todos cumprir, temos todos que cumprir o quadro legal do país no que respeita à Proteção de Dados. E, portanto, Senhor Presidente, deixar estas informações com clareza. Muito obrigado."*

Presidente da Mesa

### Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)<sup>050</sup>

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>051</sup>

*"Bem, agora depois de ouvir falar o Senhor Presidente de Câmara, fiquei mais preocupado.*

*Já me pareceu, como tinha visto o abanar de cabeça, que estava até satisfeito que a coisa ia acontecer e agora já vi mais objeções.*

*É evidente que o PS não embarca nesta perspetiva do Bloco. Se a Câmara está a construir um site e está a arranjar largura de banda, etc, faz sentido construir isto nessa altura.*

*Eu queria era ouvir algum compromisso nesta matéria. E mais. A moção que é apresentada pelo PAN é uma Recomendação, ponto um. Ponto dois, nem sequer fixa prazo.*

*E o que é certo que o PSD e CDS nesta discussão foram logo avançando a dizer que não eram favoráveis e tal. É aquela coisa de ser contra porque não vem da maioria, não vem da maioria. E, portanto, é uma coisa já que, em princípio, e que está mal, está mal.*

*Temos aqui todos para o mesmo. E depois a questão é: o vosso Presidente dessa vossa maioria que é a mesma, o vosso atual Presidente, enfim, tem uma capacidade oratória bem diferente da que tinha Élio Maia. E, portanto, até eventualmente do ponto de vista político teriam a ganhar com isso. Teriam a ganhar com isso.*

*Mas a questão é a publicidade do órgão e depois replicada até nas redes sociais, etc. Mas é uma questão que faz parte — a única coisa estamos a fazer é cumprir. E em relação à questão da proteção de dados, a Câmara facto vai ter dificuldades em fazer adaptação, etc, ainda por cima tivemos uma declaração (do meu ponto de vista inarrável) porque isto é tubo bem, mas para nós não durante três anos. Não sei se isso já está concretizável ou não — espero bem que não.*

*Mas por outro lado, ouvimos da administração central, não sei que a administração local também estaria nesse barco, espero bem que sim porque ao menos que seja para todos.*

*Porque o processo de adaptação da Câmara Municipal, que já devia ter começado há muito tempo, a Diretiva já saiu há uns tempos, mas eu percebo que é realmente difícil.*

*Agora, nova Diretiva tem uma questão (já agora se me permitem isto) que é: a nova Diretiva transpõe muita coisa que já estava patente na Lei que existia da Proteção de Dados. O problema é que a fiscalização vai ser muito diferente e as multas são muito pesadas — que é uma coisa completamente diferente. Mas havia muita coisa que já estava.*

*Agora em relação à transmissão das sessões da Assembleia Municipal duvida zero. Dúvida zero! Isto é um órgão público, tem que ser feito ao público. A forma da transmissão é que tem de ser pensada. Não pode ser uma câmara aqui e uma câmara ali. Não se pode filmar os computadores que os senhores membros, vogais, possam ter, etc.*

*A transmissão tem de cumprir a norma. Mas quando eu voto a favor da moção do PAN não voto a dizer que o Senhor Eng.º Ribau Esteves na próxima reunião já tem que ter aqui*

*as câmaras e tal. Se não está tudo comprometido. Não é isso. É uma declaração de princípio.*

*Hoje até está aqui muita gente, está ali o Victor Martins que fez parte desta casa durante muitos anos até e portanto, está aqui muita gente do antigamente e também do futuro.*

*E portanto, era um bom sinal, que o PSD e o CDS repensassem (se não querem votar a favor, abstenham lá nisto), esta recomendação propõe uma coisa que é legítima, que é para bem de todos os cidadãos, a transmissão pública, cumpre-se até vontade do Dr. Capão Filipe, pasme-se, faz parte até do executivo que vocês apoiam — e o Bloco e o PCP e o PAN votam a favor. Não vejo porque não."*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)<sup>052</sup>

Vogal Rui Alvarenga (PAN)<sup>054</sup>

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)<sup>055</sup>

Vogal Rui Alvarenga (PAN)<sup>056</sup>

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>057</sup> Ponto 9 – Apreciação e votação a Proposta de Recomendação à Câmara Municipal: Transmissão em direto das Sessões da Assembleia Municipal – anunciada pelo Grupo Municipal do PAN, sendo a mesma rejeitada, com vinte votos contra (PSD14+CDS6), zero abstenções, treze votos a favor (PS9+BE2+PCP1+PAN1).**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS):<sup>058</sup>

*"Para dizer que neste ponto em concreto, as minhas intervenções ficam gravadas, mas quero que fossem escritas para o papel nos termos regimentais — já não me recordo da norma."*

Vogal Rui Alvarenga (PAN):<sup>059</sup>

*"Senhor Presidente, o PAN vota a favor porque considera que isto era apenas uma das múltiplas medidas para fazer aproximar os eleitores do eleitorado. E achamos que era fundamental aprovar-se para uma melhor interpretação do trabalho que é aqui desenvolvido. Obrigado."*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):<sup>060</sup>

*"Senhor Presidente, o Senhor deputado do PAN, faz aqui uma proposta para tomar medidas sobre as quais há dúvidas quanto à legalidade. Instado a pronunciar-se sobre isso o Senhor deputado do PAN não foi capaz de esclarecer essas dúvidas."*

### **Ponto 9:**

#### **b) Conjunto de ações e medidas de prevenção a implementar no imediato, para impedir a disseminação do problema dos animais de companhia abandonados no concelho de Aveiro.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente<sup>061</sup> da Proposta de Recomendação à Câmara (Partido Pessoas Animais Natureza) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Rui Alvarenga (PAN):<sup>062</sup>

*"No seguimento das negociações que têm vindo a decorrer o Governo aceitou a proposta do PAN para que 500 mil euros da verba atribuída para a construção dos Centros de Recolha Oficial de Animais, seja direcionada para a realização de uma campanha*

*nacional de esterilização de animais de companhia. Destinada a apoiar as famílias mais carenciadas, em articulação com a Ordem dos Médicos Veterinários e com os Municípios. Nos concelhos onde não existe recolha a candidatura pode ser realizada pela Câmara Municipal.*

*Conforme indica a portaria que acaba de ser publicada as câmaras municipais ficarão responsáveis pela gestão das maiores necessidades de cada local. Pretendendo-se que este seja o início de uma política consistente de esterilização que contribua para a resolução dos graves problemas de aumento e reprodução de animais errantes com consequências ao nível da sobrelotação dos Centros de Recolha Oficial e que tem também impacto negativo na saúde pública, segurança pessoas e bens, segurança rodoviária, e bem-estar dos animais. De acordo com dados da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, no relatório anual sobre animais dos Centros de Recolha Oficial, solicitado pelo PAN e recentemente publicado, foram abandonados recolhidos pelos serviços municipais em Portugal continental e nos Açores, mais de 40 mil cães e gatos em 2017.*

*Os dados que não incluem informação sobre a Região Autónoma da Madeira, indicam que foram adotados 16.144; 11.819 foram eutanasiados; 8.863 esterilizados; e 98.266 vacinados.*

*Sendo que a região Norte lidera a lista de maior número de animais adotados eutanasiados e vacinados.*

*Dos animais foram reencaminhados para adoção, apenas 50% foi esterilizado. Tornando praticamente impossível promover um efetivo controlo da população. A situação a Norte é especialmente precária, onde apenas 3,6% dos animais recolhidos foram esterilizados, sendo esta zona que apresenta também o maior número de animais recolhidos e eutanasiados. O PAN considera que os dados do relatório evidenciam um incumprimento generalizado por parte dos municípios.*

*Reiteramos a ideia de que a edificação de um Centro de Recolha, por si só, não resolverá o problema. Aliás, o espírito da lei vigente é de que com um verdadeiro programa de prevenção e sensibilização os Centros deixarão eventualmente ser necessários.*

*É também fundamental referir que, o despacho dá opção pela construção de um novo Centro de recolha oficial. O qual deve incluir uma instalação para a realização de esterilizações ou a modernização dos existentes, incluindo a requalificação ampliação e criação de instalações para a realização de esterilizações.*

*A opção da edificação de um Centro Intermunicipal, no caso de Aveiro, é uma opção deste Executivo e não uma sugestão do Governo ou da lei em vigor.*

*Por conseguinte, mesmo reconhecendo que a verba é escassa, necessitamos de começar já a desenvolver este conjunto de medidas para que, neste período, em que nada existe, possamos sustentar o grande número de animais errantes que existe no concelho de Aveiro. Muitos deles vítimas de maus tratos, envenenamento e atropelamento, conscientes que, sem este plano preventivo, o número aumentará já no próximo Verão.*

*Assim, o PAN apela para que estas medidas e outras que se julguem fundamentais, sejam já postas em prática para darmos resposta a um problema cuja resolução não pode continuar adiada. Obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal Virgínia Matos (BE)<sup>064</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>065</sup>

Vogal Marília Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>066</sup>

*"Muito obrigada senhor Presidente, boa-noite a todos. Esta matéria é uma matéria com que o Partido Socialista está particularmente sintonizado. E é de extrema sensibilidade e de preocupação obviamente, nomeadamente no nosso concelho.*

*Nós, de facto, vamos votar favoravelmente esta proposta. No entanto gostaríamos de ressaltar aqui alguns aspetos que consideramos pertinentes e que, provavelmente, em termos estratégicos, não nos parece tanto que a Câmara aqui possa ter o papel, vá lá, de responsabilizar-se e de supervisionar. Talvez seria mais importante (e aqui também é uma pequena recomendação), seria mais importante, posicionar-se como elemento de coordenação de algumas destas ações e destas medidas, para quem as associações e as freguesias, as juntas de freguesia, terão mais perfil para intervenção direta.*

*Falo, nomeadamente, sobre a questão do programa de famílias de acolhimento. Nomeadamente as parcerias com as clínicas. Penso que as associações que trabalham no terreno e eu posso ter a vantagem de certa forma dizer que conheço algumas delas, já foi família de acolhimento dum animal e, como tive o contacto direto com esta realidade, com algumas destas realidades, conheço vários voluntários que estão em várias associações e que tem um trabalho meritório, um trabalho voluntário extremamente desgastante e muito dedicado e são realmente de admirar.*

*Eu penso que se fossem criadas da parte da autarquia medidas logísticas, até nem passa muitas vezes por apoios financeiros, muitas vezes passa mais por questões logísticas de apoio até material, que facilitariam bastante a vida destas associações na sua dinâmica diária e constante, porque tem que ser assim, obviamente, quando se trata de uma série de animais, poderiam desempenhar em pleno e perfeitamente este tipo de tarefas. Provavelmente melhor, porque a Câmara não tem tanto perfil e provavelmente nem tanta disponibilidade, para assumir este tipo de trabalho. Portanto é só um pouco por aí que nós consideramos que poderia haver aqui alguma estratégia um pouco diferenciada no que diz respeito à intervenção da Câmara enquanto parceiro nestes processos.*

*De resto estamos solidários, obviamente. São medidas importantes. Aliás, penso que todos nós, ninguém gosta de ver animais abandonados e mortos na estrada, como eu vejo muitas vezes, infelizmente. E este tipo de situações mexem connosco, são animais, mas são seres e nós também temos que ter algum cuidado e atenção, porque acho que ninguém gosta de presenciar este tipo de cenas. E neste sentido, tudo o que possa ser feito em prol deste tipo de evitar que situações deste género e que possam de certa forma dar reforço a quem já intervém no terreno em situações destas, isso ajudaria bastante a que este trabalho fosse facilitado. E por isso, nesse sentido, solidarizamo-nos com esta proposta. Obrigada."*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[067](#)

*"Muito obrigado, senhor Presidente. Eu percebo a necessidade de afirmação que todos nós temos, mas não penso que seja necessário estarmos sempre a regressar aos mesmos temas permanentemente.*

*Este tema foi abordado de uma forma ou de outra anteriormente e a Câmara Municipal disse, esclareceu, que estava a implementar uma nova política de animais de companhia e que essa política deve ser acompanhada e avaliada no final deste ano ou princípios do ano 2019. Portanto, eu não percebo porque temos que voltar a isto!? Mas pronto, lá voltaremos e votaremos contra com certeza."*

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:[068](#)

*"Senhor Presidente, queria evocar a defesa da honra. Já não é a primeira vez que ouvi falarem "no número, na questão de afirmação pessoal, etc." Eu queria aqui recordar a câmara que o PAN foi legitimamente eleito. Legitimamente eleito, como vós, para esta câmara. Eu fui eleito com toda a legitimidade para aqui estar. As matérias que trago são reflexo das preocupações do nosso eleitorado. E não só do nosso eleitorado. Já vou explicar porque é que penso assim.*

*Agora, não posso é estar a ser constantemente a ser alvo desse tipo de afirmação porque não faço mais do que aquilo que V. Exa também aqui fazem. Cumprem o mandato e trazem para o plenário os assuntos que acham pertinentes para a vossa terra. Eu nunca coloquei isso em causa. Não coloco em causa a legitimidade deste Executivo de governar e também nunca irei colocar em causa as suas afirmações enquanto deputado. O senhor é legitimamente deputado deste plenário. E, portanto, eu senti-me imensamente ofendido quando diz que eu estou a fazer um número quando estou aqui a colocar estas matérias, que são aparentemente fantasiosas, por mera recriação e necessidade (vá lá saber porquê) de afirmação pessoal. Obrigado."*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:[069](#)

*"O Senhor deputado Rui Alvarenga tem que ouvir melhor. Eu nunca me referi pessoalmente ao Senhor deputado Rui Alvarenga. Portanto se sentiu ofendido pessoalmente, sentiu-se mal.*

*Por outro lado, nunca procurei calar a voz fosse de quem fosse. Nem aqui nem noutros locais — contrariamente a alguns Partidos que aqui estão representados.*

*Portanto, Senhor deputado, em termos de liberdade de opinião o Senhor não tem nenhuma lição a dar-me. Nenhuma.*

*Quanto ao resto repito aquilo que lhe disse. Este assunto já aqui foi abordado de diversas formas e já teve resposta. E, portanto, lamento que tenha sido necessário trazê-lo aqui novamente. Muito obrigado."*

Presidente da Mesa[070](#)

Vogal Rui Alvarenga (PAN)[071](#)

Vogal António Neto (BE)[073](#)

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[074](#)

*"Senhor Presidente, só para dizer que o CDS e o PSD fazem propostas em todas as sessões da Assembleia. Mas eu queria dizer outra coisa. Eu sinto-me ofendido de pela segunda vez hoje, me virem falar da "maioria silenciosa" .*

*Eu pensava que a maioria silenciosa era coisa de mil novecentos e setenta e quatro. Mas ao que parece não. Está a regressar a maioria silenciosa, bem. Nós a partir de agora, vamos ter que ter um representante dos cinquenta e seis por cento das pessoas que não votaram, para estar aqui. Não sei é como iremos escolher o representante. Agora que algum de nós se possa arvorar em representante desses cinquenta e seis por cento é que me parece assim um bocadinho de exagero. É só. Muito Obrigado."*

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[075](#)

*"Senhor Presidente, eu acabo já. Eu já percebi onde é que esta questão vai levar. O problema é que existe. O problema existe. Não há ninguém que consiga contrariar isso. Eu convido todos, todos, eu levo-vos aos sítios, vamos falar com as pessoas, vamos às ruas, eu convido toda a gente. Inclusive a Vossa Excelência Senhor Presidente. Vamos fazer uma digressão pelos sítios onde este problema existe. E se no final da digressão V. Exas não constatarem aquilo que de facto eu trago para aqui, eu obviamente que nunca mais trarei esta matéria para aqui porque estarei alucinado.*

*Portanto, terei o problema. Mas faço esse repto. Lanço este desafio ao plenário para fazer este passeio. Mas desta vez vamos fazer "um passeio" com um outro tipo de desígnio, com outro tipo de propósito. E se no final desse passeio, de nós falarmos com as pessoas, com os presidentes de junta, com as pessoas que neste momento estão no terreno com este problema, gravíssimo no final de contas, nós vamos deliberar. Nós PAN, agora digo eu,*



*nós vamos deliberar se continuamos a trazer estas "chatices" esta coisa aborrecida, com este tema absolutamente execrável que trazemos sempre aqui para entediar as pessoas. Relativamente aos cinquenta e seis por cento, o que eu quero dizer, é aquilo que Vossa Excelência, o Presidente da Assembleia Municipal disse no seu discurso, que é "não podemos continuar com estas pessoas afastadas". E não podemos continuar com estas pessoas afastadas porque elas existem, e devemos trazê-los, elas existem. Parte destas pessoas não escolhem, mas isso não é sinónimo que não possam estar em consideração, quando exercemos as nossas as nossas decisões. E, portanto, era só isso que eu queria dizer Senhor Presidente. Obrigado."*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>076</sup> Ponto 9 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação à Câmara Municipal: Conjunto de ações e medidas de prevenção a implementar no imediato, para impedir a disseminação do problema dos animais de companhia abandonados no concelho de Aveiro – anunciada pelo Grupo Municipal do PAN, sendo a mesma rejeitada, com vinte votos contra (PSD14+CDS6), zero abstenções, treze votos a favor (PS9+BE2+PCP1+PAN1).**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Rui Alvarenga (PAN):<sup>077</sup>

*"Muito obrigado Senhor Presidente. O PAN votou a favor desta proposta porque é um problema muito demasiado sério para ser ignorado por parte deste plenário. A proposta foi rejeitada, o PAN obviamente trabalhar na comunidade civil, junto das escolas, junto dos cidadãos, das freguesias, e vamos obviamente discutir isto e ampliar o debate.*

*O PAN tentou encontrar plataformas aqui, não o conseguiu, vai obviamente prosseguir o seu trabalho em relação a esta matéria. Obrigado Senhor Presidente."*

**Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando qualquer oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,<sup>078</sup> não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**Continuando, o Presidente da Mesa<sup>079</sup> deu por encerrada a Sessão Ordinária Abril.**

**Eram 23:15 horas do dia 20 de Abril de 2018.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável pela subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(02:45)